

## Incentivo à Qualificação (IQ) de Técnico-Administrativo

O Incentivo à Qualificação será instituído ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular. Se este título for em área de conhecimento com relação direta ao ambiente organizacional do servidor originará maior percentual do que em área de conhecimento com relação indireta.

A obtenção dos certificados relativos ao ensino fundamental e ao ensino médio, quando excederem a exigência de escolaridade mínima para o cargo do qual o servidor é titular, será considerada como conhecimento relacionado diretamente ao ambiente organizacional.

Os percentuais do incentivo à qualificação não são acumuláveis e serão incorporados aos respectivos proventos de aposentadoria e pensão quando os certificados considerados para a sua concessão tiverem sido obtidos até a data em que se deu a aposentadoria ou a instituição da pensão.

### Tabela de percentuais de Incentivo à Qualificação

Nível de escolaridade formal superior ao previsto para o exercício do cargo (curso reconhecido pelo Ministério da Educação)	Área de conhecimento com relação direta	Área de conhecimento com relação indireta
Ensino fundamental completo	10%	–
Ensino médio completo	15%	–
Ensino médio profissionalizante ou ensino médio com curso técnico completo	20%	10%
Curso de graduação completo	25%	15%
Especialização, com carga horária igual ou superior a 360h	30%	20%
Mestrado	52%	35%
Doutorado	75%	50%

### Como Requerer Incentivo à Qualificação

Gerar um processo no setor de Protocolo, destinado à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Campus, instruído com os seguintes documentos e informações:

- Assunto do Processo: Incentivo à Qualificação;
- [Requerimento Comum](#) (É um link para baixar o Requerimento comum) devidamente preenchido;
- Cópia autenticada do Certificado ou Diploma e Histórico do Curso. A autenticação deve ser feita em todas as partes do documento nas quais constem as informações e poderá ser feita por outro servidor público com o carimbo “confere c/ o original”, com assinatura e carimbo ou nome por extenso, cargo e matrícula SIAPE do servidor que autenticou. Na ausência do certificado ou diploma serão aceitos atestado e histórico escolar, estando o servidor ciente de

que deverá apresentar o certificado tão logo seja expedido, sob risco de cancelamento da concessão do incentivo e devolução ao erário dos valores já recebidos.

- Conforme Ofício Circular nº 8/2014-MEC/SE/SSA, de 22 de setembro de 2014, como comprovação do grau de Mestre ou Doutor, é aceita a Ata conclusiva de defesa de dissertação ou tese, onde esteja consignada a aprovação do discente sem ressalvas. Ressaltamos que neste caso, quando o servidor receber o diploma deverá apresentá-lo à Diretoria de Gestão de Pessoas para compor seus assentamentos funcionais

Conforme estipulado pelo §1º do artigo 11 do Decreto nº 8.539 de 08 de outubro de 2015, **“O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do interessado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes”**.

### Tipos de Incentivo à Qualificação

Existem dois tipos de concessão de Incentivo a Qualificação: 1 – Definitiva e 2 – Provisória. O que determina o tipo da concessão são os documentos apresentados na formulação do processo.

**1 – Incentivo a Qualificação Provisória** (Pareceres N° 00012/2017/CPIFES/PGF/AGU e N° 00001/2019/CPASP/CGU/AGU): Quando o servidor apresenta apenas declaração/certidão ou ata de defesa da banca examinadora.

**Obs:** os pareceres supracitados **não dispensam a apresentação do certificado/diploma**, ficando estabelecido o **prazo máximo de 06 (seis) meses** para apresentação do mesmo, sob pena de suspensão do pagamento e de não incorporação do IQ aos proventos da aposentadoria e pensão.

**2 – Incentivo a Qualificação Definitiva:** Quando o servidor apresenta no processo Certificado ou Diploma\*.

**Certificado** é emitido para os seguintes níveis de ensino: Ensino Médio, Técnico e Especialização.

**Diploma** é emitido para os níveis: Graduação, Mestrado e Doutorado.

## Fluxograma do Processo:

Formulado o processo, seguirá a seguinte tramitação:



## Checklist da Análise Processual

São executadas as seguintes verificações nos processos de incentivo a qualificação:

- 1 – Verificação se o curso é caracterizado como sendo de educação formal (Médio, Técnico, Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado) e é superior ao exigido para o cargo.
- 2 - Servidor apresentou a documentação definitiva (Certificado/Diploma e Histórico Escolar, ou apresentou documentação provisória (Atestado/Certidão de Conclusão de Curso e Histórico Escolar)?;
- 3 – A Documentação apresentada possui algum tipo de autenticação eletrônica ou administrativa?
- 4 – Com relação aos cursos apresentados são feitas as análises:

Item.	Nível de Ensino	Verificação
01	Graduação	1. O curso é reconhecido pelo MEC? 2. Se o curso foi realizado por instituição estrangeira, houve a revalidação do diploma? (Resolução Nº 3 de 22 de Junho de 2016).

		<ul style="list-style-type: none"> <li>A instituição de Ensino Superior que revalidou possui o curso reconhecido pelo MEC?</li> </ul>
02	Especialização	<p>1. A Instituição possui credenciamento para ofertar cursos na modalidade apresentada, seja ela presencial ou a distância ?</p> <p>2. O curso apresentado possui a carga horária mínima de 360 horas e cumpriu o disposto na Resolução CNE/CES nº 01, de 08/06/2007.</p>
03	Mestrado	<p>1. O curso é reconhecido pelo MEC?</p> <p>2. Se o curso foi realizado por instituição estrangeira, houve o reconhecimento do diploma? (Resolução Nº 3 de 22 de Junho de 2016).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A instituição que reconheceu o diploma possui o curso reconhecido pelo MEC?</li> </ul>
04	Doutorado	<p>1. O curso é reconhecido pelo MEC?</p> <p>2. Se o curso foi realizado por instituição estrangeira, houve o reconhecimento do diploma? (Resolução Nº 3 de 22 de Junho de 2016).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A instituição que reconheceu o diploma possui o curso reconhecido pelo MEC?</li> </ul>

4 – Enquadramento do servidor interessado a um ambiente organizacional;

5 – Análise do tipo de relação que o curso guarda com o ambiente organizacional do servidor;

## Dúvidas Frequentes:

### Quando solicitar Incentivo à Qualificação?

A qualquer momento, desde que concluído um curso de Educação Formal de qualificação superior ao requisito mínimo para ingresso no cargo.

### Quais cursos são válidos para Incentivo à Qualificação?

Para o incentivo à qualificação serão válidos os cursos de educação formal reconhecidos pelo MEC. A concessão do Incentivo está vinculada a comprovação de conclusão do curso de qualificação superior ao requisito para ingresso no cargo. Informações sobre os requisitos para ingresso nos cargos por nível de classificação encontram-se no Anexo II da Lei nº 11.091/2005.

**O que significa ambiente organizacional?** Ambiente organizacional é a área específica de atuação de um servidor, por exemplo, o técnico em Enfermagem está no ambiente Ciências da Saúde. Os ambientes são: Administrativo; Infraestrutura; Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas; Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Natureza; Ciências da Saúde; Agropecuário; Informação; Artes, Comunicação e Difusão; Marítimo, Fluvial e Lacustre.

**Como posso saber se o curso de educação formal que fiz tem relação direta ou indireta com meu ambiente organizacional?** Por meio do anexo 3 do [Decreto nº 5.824/06](#), resumido no arquivo [Cursos de Educação Formal relativos à Ambientes Organizacionais](#). (Aqui é um link para baixar o arquivo)

**Posso utilizar título de educação formal com data anterior ao meu ingresso na instituição?** Sim.

**E se meu curso de educação formal foi realizado no exterior?** Será aceito se for revalidado no Brasil.

**Os percentuais de Incentivo à Qualificação são somados?** Não. Por exemplo, um servidor que recebe 30% de incentivo por uma especialização não vai somar mais 52% se entregar na CGGP/CMC o diploma do mestrado. Ele passará de 30% para 52%.

**Se eu entregar um diploma de educação formal tenho que esperar 18 meses para entregar um certificado de curso de capacitação?** Não. Os cursos de capacitação não estão ligados ao percentual de incentivo por cursos de educação formal. Os cursos de capacitação valem para a progressão por capacitação, que mudará o vencimento básico do servidor. Já os cursos de educação formal geram um percentual sobre o vencimento básico, ficando no contracheque um valor específico para o Incentivo à Qualificação.

**Mudei de unidade e de ambiente organizacional, acho que neste novo ambiente meu curso de educação formal passa a ter relação direta, o que faço?** Neste caso, se o servidor considerar que a movimentação possa implicar aumento do percentual de Incentivo à Qualificação, deverá requerer, em até 30 dias, a revisão da concessão inicial ([Decreto nº 5.824/06](#)).

**Mudei de unidade e de ambiente organizacional, o meu percentual de incentivo à Qualificação poderá diminuir?** Não. Em nenhuma hipótese poderá haver redução do percentual de incentivo.

**Qualquer Instituição pode ofertar um curso de educação superior?** O reconhecimento do curso é condição necessária para a validade nacional do diploma. Para saber se uma instituição é credenciada pelo Mec basta consultar no sítio <http://emec.mec.gov.br/>

**Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?** As pós-graduações lato sensu compreendem programas de especialização com duração mínima de 360 horas e ao final do curso será emitido um certificado e não diploma. As pós-graduações stricto sensu compreendem programas de mestrado e doutorado e ao final do curso será emitido um diploma.

**Como saber se a Instituição de ensino pode oferecer educação a distância?** Acessando o [SIEAD \(Sistema de consulta de instituições credenciadas para educação a distância\)](#) você pode verificar a regularidade da instituição e do pólo de apoio presencial.

**Os cursos de pós-graduação lato sensu precisam ser reconhecidos pelo MEC?** Os cursos de pós-graduação lato sensu presenciais, nos quais se incluem os cursos de MBA, oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas, independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem cumprir ao disposto na [Resolução CNE/CES nº 01, de 08/06/07](#).

**Os cursos de pós-graduação stricto sensu precisam de autorização do MEC?** Os programas de mestrado e doutorado são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na [Resolução CNE/CES nº 01, de 03/04/01](#), alterada pela [Resolução CNE/CES nº 24, de 18/12/2002](#). Os cursos são efetuados em ato do MEC, divulgado no Diário Oficial da União, homologando parecer favorável da Câmara de Educação Superior do CNE, fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela [CAPES \(Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior\)](#).

**O que são cursos sequenciais e seu diploma é valido para incentivo à qualificação?** São o conjunto de atividades sistemáticas de formação, alternativas ou complementares aos cursos de graduação, regulamentado pela [Resolução CES/CNE nº 01, de 27/01/99](#). São equivalentes os cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), de tecnólogos e sequencias. Portanto o diploma de curso sequencial é válido para incentivo à qualificação.

**O curso de tecnólogo conta para o meu pedido de incentivo à qualificação?** Sim. É um curso superior de modalidade de graduação, assim como o bacharelado e a licenciatura, e obedecerá às diretrizes contidas no [Parecer CNE/CES 436/2001](#). No final do curso você receberá o diploma de tecnólogo e poderá anexar ao processo ou apresentar à CGGP/CMC.

**Ao me aposentar, continuarei recebendo o valor do Incentivo à Qualificação?** Sim. O percentual de incentivo é incorporado aos proventos de aposentadoria e pensão. (Caso tenha apresentado certificado ou diploma até a data de aposentadoria)

**Sou aposentado e terminei um curso de mestrado, posso entrar com o pedido de Incentivo à Qualificação?** Não. Só será considerado o que for requerido até a data de aposentadoria do servidor.

#### **Fundamento Legal:**

[Lei nº 11.091/05](#)  
[Decreto nº 5.824/06](#)